

EVOLUÇÃO DO OBJECTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

O seu **objecto de estudo** variou ao longo do tempo. Para facilitar a abordagem deste assunto parte-se da esquematização da explicação da autonomização da filosofia em relação à teologia, seguida pela explosão das ciências naturais, depois a aplicação do seu método nas ciências sociais, com o *darwinismo social*, para depois centrar a atenção à História e desta emigrar à ciência política, da qual se autonomizou parte do seu objecto (políticas públicas), do qual surge um novo ramo centrado nas políticas de glocalidade - o do desenvolvimento local. O objecto da ciência política foi, no início:

a) O PODER

A sua origem e legitimidade do seu exercício, as modalidades de sua aquisição e utilização, sua manutenção e distribuição. Ora, com esta formulação parece um fenómeno mais disseminado e geral, difundido e distintivo, por isso nos séculos XIX e XX foi sendo substituído pelo Estado.

- Alguns clássicos: o Príncipe (Maquiavel), Microfísica do poder (Foucault) e Max Weber.

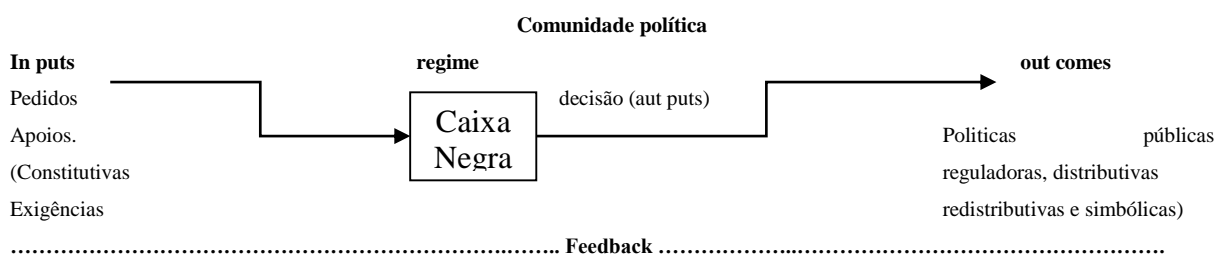
b) O ESTADO

A criação do estado é tema das doutrinas políticas e de direito constitucional, cujo ideal foi de criar ordem através do controlo do poder no Estado:

- Alguns clássicos: Estado pluralista (J. Lucke); Estado democrático (Toqueville); Estado forte, espírito do povo (Hegel); Estado que assegure o compromisso entre as classes social (Kelsen); Maquiavel (Estado racional); Estado que decida em situação de emergência (Schmitt); Estado de contrato social (J.J. Rousseau), Estado com separação de poderes (Montesquieu).

Com a difusão da Antropologia política sobre as sociedades sem estado, mas com política, a objecto da ciência política não podia ser simplesmente o poder, nem o Estado e acentua-se a necessidade de observar e analisar os comportamentos concretos dos actores políticos (indivíduos, grupos, movimentos e organizações), é o *behaviorismo político*

c) SISTEMA POLÍTICO



Apesar de nova (1930), a ciência política assiste parte de seu objecto a autonomizar-se, seu ramo das políticas públicas pretende abrir um espaço de debate académico das acções do Governo, quebrando o tabu que envolvia o debate do que os governos fazem, porque o fazem e a diferença que faz para a sociedade. Assim, o objecto da ciência política divide-se em duas ciências: A Ciência Política, que passa a se ocupar apenas com o âmbito geral das modalidades de conquista, partilha e exercício do poder, para estabelecer de modo imperativo os valores de uma sociedade, portanto o espaço onde se desenrola o processo decisório (“caixa negra” ou *inputs*) e o ramo das Políticas públicas que trata do âmbito específico da conversão das exigências, preferências, necessidades e apoios em decisões ou *outputs* (Pasquino,2010). A recente autonomia do Desenvolvimento Local, como ramo do saber, deriva por seu turno, do facto de a Ciência Política, em particular o ramo de políticas públicas, apresentar um *deficit* de inclusão do poder local na Teoria do Estado Moderno (Frey,2000)

- d) O actualmente os politólogos entendem que o objecto da ciência política é toda a modificação manifesta na sociedade, perceptível ou não, resultante da actividade política, isto é, o **FACTO POLÍTICO**.

Para além da ciência política, estudam o facto político ciências políticas como a sociologia política, Antropologia Política, história política, História das ideias políticas e a Filosofia Política. Marcelo Rebelo de Sousa, define o *facto político* como todo o facto social (Émile Durkheim¹) relacionado com o acesso, titularidade, exercício e controlo do poder político (abstenção, voto étnico, fraude, nomeação, campanha, comício), manifestam-se no desenrolar de um *fenómeno político* que representa uma época característica (mandato de Guebuza, processo de eleição socialista), são relevantes e não se repetem

¹ Durkheim sugeriu uma teoria em que a sociologia seria 'a ciência dos factos sociais'. Para ele os factos sociais "consistem em representações e acções", significando que "eles não podem ser confundidos com fenómenos biológicos, nem com os fenómenos físicos, que ocorrem independentes da consciência individual. Durkheim diz que um facto social é algo reproduzido da mesma forma por muitas pessoas, pois a comunidade, grupo ou sociedade a que pertencem através da socialização, influenciam-nos a reproduzirem determinados hábitos. Durkheim definiu fato social como *toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior* ou *que é geral no conjunto de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais*. Exemplos dados por Durkheim de factos sociais incluem instituições sociais tais como parentesco e casamento, moeda, língua, religião, organização política e todas as instituições da sociedade que devem representar nas interações cotidianas com outros membros das não sociedades. Desviando-se das normas dessas instituições torna o indivíduo inaceitável ou em desajuste com o grupo.